

Mais rigor nos empréstimos dos EUA

Clyde Farnsworth, do N.Y. Times.

Negociadores do Senado e da Câmara concordaram com uma série de medidas para tornar mais rígida a supervisão dos empréstimos internacionais dos bancos norte-americanos como parte de um projeto de lei que irá aumentar a contribuição dos Estados Unidos ao Fundo Monetário Internacional em 8,4 bilhões de dólares.

Essas medidas poderão reduzir os lucros bancários ao cortar as taxas permissíveis de reprogramação de empréstimo e ao exigir que novas reservas sejam colocadas de lado contra possíveis prejuízos em empréstimos concedidos a países do Terceiro Mundo.

Mas as medidas mais severas da legislação aprovada pela Câmara foram diluídas pelos compromissos obtidos no decorrer dos últimos dias, e os representantes dos bancos disseram que as novas medidas, que eles ainda não tiveram oportunidade de estudar melhor parecem ser razoáveis e aceitáveis.

— Eu acho que nós conseguimos escapar de alguns disparos, e seria aconselhável que o FMI ficasse longe do Congresso durante os próximos cinco anos — comentou um banqueiro que pediu para não ser identificado.

A regulamentação mais rígida representa apenas uma das condições exigidas pelo Congresso em troca da autorização para o aumento. Os democratas no Congresso também conseguiram do governo um projeto de lei que poderá liberar até 615 milhões de dólares no decorrer dos dois próximos anos fiscais para renovar ou construir de 20 mil a 40 mil apartamentos.

Continuava em debate uma exigência da Câmara, no sentido de que os Estados Unidos votem contra empréstimos à África do Sul, por causa da política de apartheid praticada nesse país.

O Fundo Monetário Internacional funciona como uma união inter-

nacional de crédito tomando dinheiro de alguns dos seus 146 membros para emprestá-lo a outros membros. O FMI concede empréstimos a países somente depois de eles concordarem em adotar medidas internas como reduzir os subsídios governamentais e diminuir os déficits orçamentários. O FMI também organiza pacotes financeiros para países junto a credores privados, depois de aqueles concordarem quanto a um programa de ajustamento.

Dólares para o Brasil

Na próxima terça-feira, por exemplo, espera-se a aprovação de créditos adicionais no valor de 1,25 bilhão de dólares para o Brasil, relacionados a empréstimos no valor de 6,5 bilhões de dólares de bancos comerciais. O FMI concordou em fevereiro com um programa de empréstimos ao Brasil, mas esse País não cumpriu os termos acordados em maio e o Fundo imediatamente suspendeu a concessão de novos créditos.

O Congresso estava caminhando para as ações finais quanto ao pacote do FMI antes da suspensão das sessões. Tanto a Câmara como o Senado aprovaram versões do projeto de lei que autorizam depósitos norte-americanos mais elevados junto ao FMI, mas os democratas da Câmara recusaram-se a votar a favor até que o governo e o Senado deram luz verde para o projeto habitacional. Os primeiros sinais de progresso ocorreram na semana passada, quando o presidente do Comitê Bancário da Câmara, Fernand J. St. Germain (democrata pelo Estado de Rhode Island), disse que “estamos próximos a uma série de compromissos que nos irão permitir propor um pacote FMI-habitacionais, antes da suspensão das sessões do Congresso”.

Segundo o acordo a respeito das reservas para cobrir prejuízos de empréstimos, os bancos terão de

colocar de lado uma parte de seus depósitos em contas que não rendem juros para cobrir possíveis perdas em financiamentos internacionais.

Os negociadores do Senado e da Câmara concordaram com as condições gerais segundo as quais tais reservas seriam colocadas de lado em relação aos empréstimos internacionais, mas deixaram a cargo dos órgãos reguladores, como a junta da Reserva Federal (o Banco Central dos Estados Unidos), a Federal Deposit Insurance Corp. e o Office of the Comptroller of the Currency, a tarefa de determinar o volume de reservas e de implementar de alguma forma as novas regulamentações.

As reservas especiais teriam de ser colocadas de lado assim que um país devedor se visse afetado por “incapacidade prolongada” de efetuar os seus pagamentos. Isto representa a linguagem adotada na versão do Senado para o projeto de lei. A versão mais severa da Câmara teria exigido reservas contra possíveis prejuízos relativos a créditos concedidos a quaisquer países que procurassem “empréstimos adicionais ou um grande programa de reestruturação”.

No entanto, os órgãos regulamentadores, mesmo assim, têm a obrigação de examinar com atenção especial a adequação de capital e de reservas de todos os bancos envolvidos nas negociações de reprogramação.

O compromisso também permitiria que custos administrativos fossem as únicas taxas cobradas durante o primeiro ano de vigência do empréstimo. Todas as demais taxas seriam amortizadas no decorrer da duração do empréstimo.

Uma cláusula do projeto da Câmara, exigindo que os bancos devolvessem os lucros excessivos ao Tesouro, acabou sendo abandonada no compromisso.